

Medida Provisória nº 1128, de 2022

Autoria: Presidência da República

Iniciativa:

Ementa:

Dispõe sobre o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e das demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Explicação da Ementa:

A presente Medida Provisória dispõe sobre tratamento o tributário a ser dado às perdas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e demais entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, cujo objetivo é a aproximação das normas tributária e contábil, com vistas a reduzir as fragilidades resultantes dos ativos fiscais diferidos registrados nos balanços das instituições financeiras.

Assunto: Economia e Desenvolvimento - Sistema Financeiro Nacional

Data de Leitura: -

Tramitação encerrada

Decisão: Aprovada na íntegra

Último local: 10/11/2022 - Secretaria de Expediente

Destino: À promulgação

Último estado: 17/11/2022 - TRANSFORMADA EM NORMA JURÍDICA

Despacho:

09/11/2022

Decisão da Presidência

Ao Plenário, nos termos do Ato da Comissão Diretora nº 8,

(SF-PLEN) Plenário do Senado Federal

Relatoria:

PLEN - (Plenário do Senado Federal)

Relator(es):

Senador Fernando Bezerra Coelho (encerrado em 09/11/2022 - Deliberação da matéria)

TRAMITAÇÃO

17/11/2022 SF-SEXPE - Secretaria de Expediente

Ação: Remetido Ofício CN nº 407 de 17/11/22, ao Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República encaminhando a Mensagem CN nº 147/22, ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, participando a aprovação da Medida Provisória e sua publicação como Lei nº 14.467 no Diário Oficial da União.

Remetido Ofício CN nº 408, de 17/11/22, ao Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, comunicando a promulgação da matéria, bem como o envio da cópia do texto promulgado para o Arquivo daquela Casa.

Publicado no DCN Páginas 16-20 - DCN nº 44

17/11/2022 SF-SEXPE - Secretaria de Expediente

Situação: TRANSFORMADA EM NORMA JURÍDICA

Ação: (CN) MESA.
PROMULGADA. LEI Nº 14467 DE 2022.

TRAMITAÇÃO

DOU (Diário Oficial da União) - 17/11/2022 - Seção I - pág. 5.
Promulgada em 16/11/2022.

10/11/2022 SF-SEXPE - Secretaria de Expediente

Ação: Anexado o texto revisado.

09/11/2022 PLEN - Plenário do Senado Federal

Situação: APROVADA A MEDIDA PROVISÓRIA

Ação: (Sessão Deliberativa Ordinária - Semipresencial realizada em 09/11/2022)

Encaminhada à publicação a presente MPV.

Proferido pelo Senador Fernando Bezerra Coelho o Parecer nº 318, de 2022-PLEN/SF, favorável à Medida Provisória e pela rejeição das emendas.

Aprovados, conjuntamente, os pressupostos de relevância e urgência, adequação financeira e orçamentária e pertinência temática da matéria; e, no mérito, aprovada a MPV nº 1128, de 2022, com os votos contrários dos senadores Jorge Kajuru e Reguffe.

A matéria vai à promulgação.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

Publicado no DSF Páginas 20-29 - DSF nº 184

Publicado no DSF Páginas 87-97 - DSF nº 184

09/11/2022 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: Encerrada a relatoria do Senador Fernando Bezerra Coelho por deliberação da matéria.

09/11/2022 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: Recebido o Relatório do Senador Fernando Bezerra Coelho, às 13h58.

09/11/2022 PLEN - Plenário do Senado Federal

Situação: AGUARDANDO LEITURA

Ação: Aguardando leitura no Senado Federal.

Designado o Senador Fernando Bezerra Coelho Relator de Plenário.

Publicado no DSF Páginas 65-75 - DSF nº 184

08/11/2022 MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados

Ação: Apresentação da Redação Final n. 1 PLEN, pelo Deputado Silvio Costa Filho (REPUBLIC/PE).

Apresentação do Autógrafo n. 1 MESA, pela Câmara dos Deputados.

Remessa ao Senado Federal por meio do Of. nº 571/2022/SGM-P.

08/11/2022 PLEN - Plenário

Ação: Leitura do recebimento do Ofício nº 293/2022, do Congresso Nacional (CN), que encaminha o processado da Medida Provisória nº 1.128/2022 (Sessão Deliberativa Extraordinária de 8/11/2022 - 13h55 - 147ª Sessão).

Discussão em turno único.

Designado Relator, Dep. Silvio Costa Filho (REPUBLIC-PE), para proferir Parecer em Plenário à matéria e às Emendas nºs 1 a 14, pela Comissão Mista do Congresso Nacional.

Parecer proferido em Plenário pelo Relator, Dep. Silvio Costa Filho (REPUBLIC-PE), pela Comissão Mista do Congresso Nacional,

TRAMITAÇÃO

que conclui pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência; pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da Medida Provisória nº 1.128, de 2022, e das emendas de comissão, com a ressalva das emendas nºs 2 a 9, 11, 13 e 14, consideradas inconstitucionais; pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória nº 1.128, de 2022, e das emendas de comissão; e, no mérito, pela aprovação da Medida Provisória nº 1.128, de 2022, e pela rejeição das emendas de comissão.

Encerrada a discussão.

O projeto foi emendado. Foi apresentada a Emenda de Plenário de nº 1.

Designado Relator, Dep. Silvio Costa Filho (REPUBLIC-PE), para proferir Parecer à Emenda de Plenário pela Comissão Mista do Congresso Nacional.

Parecer à Emenda de Plenário proferido pelo Relator, Dep. Silvio Costa Filho (REPUBLIC-PE), pela Comissão Mista do Congresso Nacional, que conclui pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa; pela adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela rejeição.

Votação preliminar em turno único.

Aprovado, em apreciação preliminar, o Parecer da Comissão Mista, na parte em que manifesta opinião favorável quanto ao atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e à adequação financeira e orçamentária, nos termos do artigo 8º da Resolução nº 01, de 2002-CN.

Aprovado, em apreciação preliminar, o Parecer da Comissão Mista, na parte em que manifesta opinião pelo não atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e pela inadequação financeira e orçamentária, nos termos do artigo 8º da Resolução nº 01, de 2002-CN.

Votação, quanto ao mérito, em turno único.

Aprovada a Medida Provisória nº 1.128, de 2022, ressalvados os destaques. Sim: 289; não: 43; total: 332.

Votação das Emendas, com parecer pela rejeição.

Rejeitadas a Emenda de Plenário e as de Comissão.

Votação do DTQ 2: PSD: Emenda de Comissão 10 (art. 161, II)

Encaminhou a Votação o Dep. Otto Alencar Filho (PSD-BA).

Rejeitada a Emenda de Comissão nº 10. Sim: 106; não: 225; total: 331.

Retirado o DTQ 1: PP: Emenda de Plenário 1 (art. 161, II)

Votação da Redação Final.

Aprovada a Redação Final assinada pelo relator, Dep. Silvio Costa Filho (Republicanos-PE).

A matéria vai ao Senado Federal (MPV 1.128-A/2022).

08/11/2022 MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados

Ação: Apresentação do Parecer Preliminar de Plenário n. 1 PLEN, pelo Deputado Silvio Costa Filho (REPUBLIC/PE).

08/11/2022 PLEN - Plenário

Ação: Designado Relator, Dep. Silvio Costa Filho (REPUBLIC-PE)

07/11/2022 PLEN - Plenário

Ação: Matéria não apreciada em face do encerramento da Ordem do Dia.

01/11/2022 PLEN - Plenário

Ação: Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.

16/09/2022 SF-SLCN - Secretaria Legislativa do Congresso Nacional

Ação: Prorrogação do prazo para Deliberação da Medida Provisória por 60 dias. Data final após prorrogação: 15/11/2022. Motivação: ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 67, DE 2022.

Publicado no DCN Páginas 10 - DCN nº 36

16/09/2022 PLEN - Plenário

TRAMITAÇÃO

Ação: Ato n. 67, de 15/09/2022, do Presidente da Mesa do Congresso Nacional, prorroga a vigência da Medida Provisória, por sessenta dias (DOU de 16/09/2022 – Seção 1 – Página 3)

02/08/2022 CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES

Ação: Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 03/08/2022 PAG 1177

02/08/2022 MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados

Ação: Ao Plenário, para leitura do ofício de encaminhamento. Publique-se)

15/07/2022 MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados

Ação: Recebido o Ofício n.293/2022, que encaminha, nos termos do § 8º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, combinado com o Ato Conjunto das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal nº 1, de 31 de março de 2020, a Medida Provisória nº 1.128, de 2022, que "Dispõe sobre o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e das demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil".
Recebida a Mensagem nº 349/2022, do Poder Executivo, que submete à apreciação do Congresso Nacional o texto da Medida Provisória nº 1128/2022.

15/07/2022 SF-SEXPE - Secretaria de Expediente

Situação: MEDIDA PROVISÓRIA ENVIADA À CÂMARA DOS DEPUTADOS

Ação: Remetido Ofício CN nº 293, de 15/07/22, ao Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, encaminhando, nos termos do § 8º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, combinado com o Ato Conjunto das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal nº 1, de 31 de março de 2020, a Medida Provisória nº 1.128, de 2022.

11/07/2022 CMMPV 1128/2022 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 1128, de 2022

Ação: À Secretaria de Expediente para envio à Câmara dos Deputados, nos termos do art. 7º do Ato Conjunto das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal nº 1 de 2020.

11/07/2022 CMMPV 1128/2022 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 1128, de 2022

Ação: Encerrado o prazo regimental, foram apresentadas 14 emendas à Medida Provisória, de autoria dos Senhores Parlamentares: Deputado Federal Aelton Freitas (PP/MG)001; Deputado Federal Alexis Fonteyne (NOVO/SP)002; Deputado Federal Vinicius Carvalho (REPUBLICANOS/SP)003; 014; Deputado Federal Filipe Barros (PL/PR)004; 005; 006; Deputado Federal Jerônimo Goergen (PP/RS)007; 008; 009; Deputado Federal Otto Alencar Filho (PSD/BA)010; Senadora Soraya Thronicke (UNIÃO/MS)011; Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)012; 013.
As emendas serão publicadas no Diário do Congresso Nacional no dia 14/07/2022.

Publicado no DCN Páginas 844-882 - DCN nº 27

06/07/2022 Mesa - Mesa Diretora do Congresso Nacional

Situação: MATÉRIA DESPACHADA

Ação: À Coordenação de Comissões Mistas (COCM) para recebimento de emendas.

06/07/2022 Mesa - Mesa Diretora do Congresso Nacional

TRAMITAÇÃO

Situação: AGUARDANDO DESPACHO

Ação: Calendário de tramitação da Medida Provisória:

- Deliberação da Medida Provisória: de 06/07/2022 a 16/09/2022
- Apresentação de Emendas à Medida Provisória: de 06/07/2022 a 08/07/2022(art. 3º do Ato Conjunto nº 1/2020)
- Prazo na comissão: *
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: 02/09/2022 (46º dia)

* Nos termos do parágrafo único do art. 2º do Ato Conjunto nº 1, de 2020, durante a pandemia de Covid-19, o parecer da Comissão Mista será proferido, em Plenário, por parlamentar designado na forma regimental.

* As emendas poderão ser enviadas pelo sistema até as 23h59 do dia 08/07/2022.

* O prazo de emendas é prorrogado até o próximo dia útil quando o prazo final recai em sábado, domingo ou feriado.

06/07/2022 Mesa - Mesa Diretora do Congresso Nacional

Ação: Publicada no DOU de 06/07/2022, na página 3, a Medida Provisória 1128/2022.

Publicado no DOU Páginas 3

DOCUMENTOS

MPV 1128/2022

Data: 06/07/2022

Autor: Presidência da República

Local: Mesa Diretora do Congresso Nacional

Descrição/Ementa: Dispõe sobre o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e das demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Calendário

Data: 06/07/2022

Autor: Congresso Nacional

Local: Mesa Diretora do Congresso Nacional

Ação Legislativa: Calendário de tramitação da Medida Provisória:

- Deliberação da Medida Provisória: de 06/07/2022 a 16/09/2022
- Apresentação de Emendas à Medida Provisória: de 06/07/2022 a 08/07/2022(art. 3º do Ato Conjunto nº 1/2020)
- Prazo na comissão: *
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: 02/09/2022 (46º dia)

* Nos termos do parágrafo único do art. 2º do Ato Conjunto nº 1, de 2020, durante a pandemia de Covid-19, o parecer da Comissão Mista será proferido, em Plenário, por parlamentar designado na forma regimental.

* As emendas poderão ser enviadas pelo sistema até as 23h59 do dia 08/07/2022.

* O prazo de emendas é prorrogado até o próximo dia útil quando o prazo final recai em sábado, domingo ou feriado.

Avulso inicial da matéria

Data: 06/07/2022

Autor: Senado Federal

Local: null

DOCUMENTOS

Descrição/Ementa: -

EMENDA 1 - MPV 1128/2022

Data: 07/07/2022

Autor: Deputado Federal Aelton Freitas (PP/MG)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 1128, de 2022

Descrição/Ementa: Dispõe sobre o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e das demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil

EMENDA 2 - MPV 1128/2022

Data: 07/07/2022

Autor: Deputado Federal Alexis Fonteyne (NOVO/SP)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 1128, de 2022

Descrição/Ementa: Emenda à MP 1128/2022, que dispõe sobre o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e das demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

EMENDA 3 - MPV 1128/2022

Data: 07/07/2022

Autor: Deputado Federal Vinicius Carvalho (REPUBLICANOS/SP)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 1128, de 2022

Descrição/Ementa: Dispõe sobre o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e das demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

EMENDA 4 - MPV 1128/2022

Data: 07/07/2022

Autor: Deputado Federal Filipe Barros (PL/PR)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 1128, de 2022

Descrição/Ementa: Acrescenta dispositivo a Medida Provisória 1.128, de 05 de julho de 2022.

EMENDA 5 - MPV 1128/2022

Data: 07/07/2022

Autor: Deputado Federal Filipe Barros (PL/PR)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 1128, de 2022

Descrição/Ementa: Acrescenta dispositivo a Medida Provisória 1.128, de 05 de julho de 2022.

EMENDA 6 - MPV 1128/2022

Data: 07/07/2022

Autor: Deputado Federal Filipe Barros (PL/PR)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 1128, de 2022

Descrição/Ementa: Acrescenta dispositivo a Medida Provisória 1.128, de 05 de julho de 2022.

EMENDA 7 - MPV 1128/2022

Data: 07/07/2022

DOCUMENTOS

Autor: Deputado Federal Jerônimo Goergen (PP/RS)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 1128, de 2022

Descrição/Ementa: Dispõe sobre o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e das demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

EMENDA 8 - MPV 1128/2022

Data: 07/07/2022

Autor: Deputado Federal Jerônimo Goergen (PP/RS)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 1128, de 2022

Descrição/Ementa: Dispõe sobre o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e das demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

EMENDA 9 - MPV 1128/2022

Data: 07/07/2022

Autor: Deputado Federal Jerônimo Goergen (PP/RS)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 1128, de 2022

Descrição/Ementa: Dispõe sobre o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e das demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

EMENDA 10 - MPV 1128/2022

Data: 08/07/2022

Autor: Deputado Federal Otto Alencar Filho (PSD/BA)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 1128, de 2022

Descrição/Ementa: Dispõe sobre o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e das demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

EMENDA 11 - MPV 1128/2022

Data: 08/07/2022

Autor: Senadora Soraya Thronicke (UNIÃO/MS)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 1128, de 2022

Descrição/Ementa: Emenda à MPV 1128 de 2022

EMENDA 12 - MPV 1128/2022

Data: 08/07/2022

Autor: Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 1128, de 2022

Descrição/Ementa: EMENDA 01 MP 1128

EMENDA 13 - MPV 1128/2022

Data: 08/07/2022

Autor: Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 1128, de 2022

Descrição/Ementa: EMENDA 02 MP 1128

DOCUMENTOS

EMENDA 14 - MPV 1128/2022

Data: 08/07/2022

Autor: Deputado Federal Vinicius Carvalho (REPUBLICANOS/SP)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 1128, de 2022

Descrição/Ementa: Dispõe sobre o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e das demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Avulso de emendas

Data: 11/07/2022

Autor: Senado Federal

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 1128, de 2022

Ação Legislativa: Encerrado o prazo regimental, foram apresentadas 14 emendas à Medida Provisória, de autoria dos Senhores Parlamentares: Deputado Federal Aelton Freitas (PP/MG)001; Deputado Federal Alexis Fonteyne (NOVO/SP)002; Deputado Federal Vinicius Carvalho (REPUBLICANOS/SP)003; 014; Deputado Federal Filipe Barros (PL/PR)004; 005; 006; Deputado Federal Jerônimo Goergen (PP/RS)007; 008; 009; Deputado Federal Otto Alencar Filho (PSD/BA)010; Senadora Soraya Thronicke (UNIÃO/MS)011; Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)012; 013.
As emendas serão publicadas no Diário do Congresso Nacional no dia 14/07/2022.

Descrição/Ementa: -

Nota Técnica

Data: 11/07/2022

Autor: Câmara dos Deputados

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 1128, de 2022

Descrição/Ementa: Nota Técnica Nº 37/2022

OFCN 293/2022

Data: 15/07/2022

Autor: Presidente do Congresso Nacional

Local: Mesa Diretora do Congresso Nacional

Ação Legislativa: Remetido Ofício CN nº 293, de 15/07/22, ao Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, encaminhando, nos termos do § 8º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, combinado com o Ato Conjunto das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal nº 1, de 31 de março de 2020, a Medida Provisória nº 1.128, de 2022.

Descrição/Ementa: Encaminha à Câmara dos Deputados o processado da Medida Provisória nº 1128, de 2022.

Ato

Data: 15/09/2022

Autor: Presidente da Mesa do Congresso Nacional

Local: null

Descrição/Ementa: Prorroga o prazo de vigência da Medida Provisória nº 1128, de 2022, pelo período de sessenta dias.

Autógrafo aprovado na

Data: 09/11/2022

Autor: Câmara dos Deputados

Local: Plenário do Senado Federal

Descrição/Ementa: Dispõe sobre o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e das demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

DOCUMENTOS

Avulso inicial da matéria

Data: 09/11/2022**Autor:** Senado Federal**Local:** Plenário do Senado Federal**Ação Legislativa:** Aguardando leitura no Senado Federal.
Designado o Senador Fernando Bezerra Coelho Relator de Plenário.**Descrição/Ementa:** -

Relatório Legislativo

Data: 09/11/2022**Autor:** Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB/PE)**Local:** Plenário do Senado Federal**Ação Legislativa:** Recebido o Relatório do Senador Fernando Bezerra Coelho, às 13h58.**Descrição/Ementa:** Parecer - MPV 1128/2022

P.S 318/2022 - PLEN

Data: 09/11/2022**Autor:** Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB/PE)**Local:** Plenário do Senado Federal**Ação Legislativa:** (Sessão Deliberativa Ordinária - Semipresencial realizada em 09/11/2022)
Encaminhada à publicação a presente MPV.
Proferido pelo Senador Fernando Bezerra Coelho o Parecer nº 318, de 2022-PLEN/SF, favorável à Medida Provisória e pela rejeição das emendas.
Aprovados, conjuntamente, os pressupostos de relevância e urgência, adequação financeira e orçamentária e pertinência temática da matéria; e, no mérito, aprovada a MPV nº 1128, de 2022, com os votos contrários dos senadores Jorge Kajuru e Reguffe.
A matéria vai à promulgação.
Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.**Descrição/Ementa:** Parecer nº 318, de 2022-PLEN/SF.

Minuta

Data: 10/11/2022**Autor:** Senado Federal**Local:** Secretaria de Expediente**Ação Legislativa:** Anexado o texto revisado.

MPCN 147/2022

Data: 17/11/2022**Autor:** Presidente do Congresso Nacional**Local:** Mesa Diretora do Congresso Nacional**Ação Legislativa:** Remetido Ofício CN nº 407 de 17/11/22, ao Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República encaminhando a Mensagem CN nº 147/22, ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, participando a aprovação da Medida Provisória e sua publicação como Lei nº 14.467 no Diário Oficial da União.

Remetido Ofício CN nº 408, de 17/11/22, ao Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, comunicando a promulgação da matéria, bem como o envio da cópia do texto promulgado para o Arquivo daquela Casa.

Descrição/Ementa: Encaminha à Presidência da República o autógrafo promulgado da Medida Provisória nº 1.128, de 2022.

DOCUMENTOS

OFCN 407/2022

Data: 17/11/2022**Autor:** Primeiro-Secretário do Congresso Nacional**Local:** Comissão Diretora do Senado Federal**Ação Legislativa:** Remetido Ofício CN nº 407 de 17/11/22, ao Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República encaminhando a Mensagem CN nº 147/22, ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, participando a aprovação da Medida Provisória e sua publicação como Lei nº 14.467 no Diário Oficial da União.

Remetido Ofício CN nº 408, de 17/11/22, ao Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, comunicando a promulgação da matéria, bem como o envio da cópia do texto promulgado para o Arquivo daquela Casa.

Descrição/Ementa: Encaminha a Mensagem da Presidência da Mesa do Congresso Nacional participando a promulgação da Medida Provisória nº 1.128, de 2022.

OFCN 408/2022

Data: 17/11/2022**Autor:** Presidente do Congresso Nacional**Local:** Mesa Diretora do Congresso Nacional**Ação Legislativa:** Remetido Ofício CN nº 407 de 17/11/22, ao Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República encaminhando a Mensagem CN nº 147/22, ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, participando a aprovação da Medida Provisória e sua publicação como Lei nº 14.467 no Diário Oficial da União.

Remetido Ofício CN nº 408, de 17/11/22, ao Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, comunicando a promulgação da matéria, bem como o envio da cópia do texto promulgado para o Arquivo daquela Casa.

Descrição/Ementa: Encaminha à Câmara dos Deputados o autógrafo promulgado da Medida Provisória nº 1.128, de 2022.

Autógrafo - MPV 1128/2022

Data: 17/11/2022**Autor:** Senado Federal**Local:** Secretaria de Expediente**Ação Legislativa:** Remetido Ofício CN nº 407 de 17/11/22, ao Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República encaminhando a Mensagem CN nº 147/22, ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, participando a aprovação da Medida Provisória e sua publicação como Lei nº 14.467 no Diário Oficial da União.

Remetido Ofício CN nº 408, de 17/11/22, ao Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, comunicando a promulgação da matéria, bem como o envio da cópia do texto promulgado para o Arquivo daquela Casa.

Descrição/Ementa: Dispõe sobre o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e das demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

ATCN 67/2022

Data: 04/09/2024**Autor:** Presidente da Mesa do Congresso Nacional**Local:** null**Descrição/Ementa:** Prorroga o prazo de vigência da Medida Provisória nº 1.128/2022, pelo período de sessenta dias.